

VICTORIA-SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO & CONTAS
2015



ÍNDICE

03 Estrutura de Governo da Sociedade

1 RELATÓRIO

05 Relatório do Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 Balanço
16 Demonstração dos Resultados
19 Demonstração do Rendimento Integral
20 Demonstração dos Fluxos de Caixa
22 Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios
26 Notas às Demonstrações Financeiras

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

128 Certificado Legal de Contas
129 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2016
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

VICTORIA-SEGUROS, S.A.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro

PresidenteJ.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade
Advogados (representada por Maria
Mateus Pinto)**Secretário**

Conselho de Administração

Didier Ridoret

Presidente

Pierre Esparbez

Vogal

Bernard Millequant

Vogal

Hubert Rodarie

Vogal

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard

Presidente

Santiago Gil de Biedma

Vogal

António Vilar

Vogal

Luís Henriques

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230)**Efetivo**

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Carlos Suárez

Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho

Diretor Geral Adjunto

1 RELATÓRIO

VICTORIA-SEGUROS, S.A.

"Ninguém é imprescindível
mas...

TODOS
somos necessários"

Alberto Toledano

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas do Anexo do exercício de 2015.

1.1

Atividade da Empresa

A VICTORIA-Seguros, S.A. explora, no seguro direto, para os mercados de particulares e de empresas os ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Marítimo e Transportes, Engenharia, Responsabilidade Civil e Diversos. Em resseguro aceite são explorados os ramos de Incêndio e Outros Danos, Transportes e Responsabilidade Civil.

1.2

Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 74.348.974 (2014: EUR 74.032.150) evidenciando um aumento de 0,4% (2014: quebra de 6,8%).

1.3

Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 48.116.766 (2014: EUR 52.724.820), evidenciando uma quebra de 8,7% (2014: quebra de 1,9%) relativamente ao ano transato.

1.4

Resseguro Cedido

VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, a Swiss Re, a MMA (ex-GMF), a John Hancock, a Nacional de Resseguros, a R+V Versicherung AG, a Hannover Re, a Mapfre Re, a SMABTP, a SCOR, a General Re, a Caisse Centrale de Reassurance, a XL Re, a Catlin Re, a Amlin Re, a Everest Re, a Devk Re, a Odyssey Ré, a Si Ré, a New Ré, a MCR, a Klin, a Liberty e a MACSF e iniciou com a Arch Re. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. manteve contratos com a Europea de Seguros em Acidentes Pessoais Viagens, com a Interpartner para a assistência de Saúde e os restantes iniciou com a RNA - Rede Nacional de Assistência, SA.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.5

Despesas Gerais

As despesas gerais situaram-se em EUR 13.386.928 (2014: EUR 14.476.987).

1.6

Investimentos

A carteira de investimentos atingiu no final de 2015 um montante de EUR 91.972.762 (2014: EUR 90.803.276). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 1.162.395 (2014: EUR 1.471.053).

1.7

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,43 (2014: 2,51).

1.8

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades

do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa. O Administrador-Delegado, enquanto membro do Conselho de Administração com funções executivas, sustenta a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável. Tendo em conta a organização das sociedades do Grupo VICTORIA, o Administrador-Delegado é remunerado nas duas sociedades operacionais. A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais. Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2015	2014
Conselho de Administração			26.362,00	-
Administrador Delegado	Cyrulle Mascarelle	Outras remunerações	26.362,00	-
Conselho Fiscal			9.500,00	9.500,00
Presidente	João Lara Everad	Outras remunerações	3.500,00	3.500,00
Vogal	Santiago Biedma	Outras remunerações	3.000,00	3.000,00
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	3.000,00	3.000,00

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.9

Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.10 Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no sector de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1.11

Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 414.270 (2014: EUR 46.412). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 56.585 (2014: EUR: 21.003). Propomos que após a dotação de EUR 5.659 à reserva legal, o remanescente de EUR 50.926 seja levado a resultados transitados.

1.12

Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo.

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.13

Previsões para 2015

volume total de prémios de contratos de seguro em janeiro de 2016 atingiu EUR 13.088.328 (2015: EUR 13.098.788).

A sustentabilidade do negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico onde as incertezas aumentam, continua a constituir um objetivo muito ambicioso. O Plano do ano 2016 foi construído a partir das seguintes ações que foram identificadas como reposta a este desafio:

- Alargar a captação e a base de distribuição
- Aumentar a eficácia do processo comercial
- Melhorar a defesa e retenção da carteira
- Implementar novas funcionalidades no portal de agentes
- Implementar um portal de clientes

Em 2016 continuarão deste modo a ser aprofundados os conceitos estratégicos que diferenciaram os últimos quatro anos da VICTORIA, procurando sempre uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, atualizando uma oferta diferenciada de produto, assegurando um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta. Será desta forma fortalecida a filosofia de produtos com estrutura modular e multirramo, apostando na distribuição especializada, na cooperação

com a Império Assurances e na exploração, junto dos parceiros preferenciais, de novas formas de retenção e de crescimento rentáveis.

Em 2016, será consolidada a implementação das diversas ferramentas de governação e de gestão de riscos mantando o desenvolvimento da melhoria da qualidade de dados, da informação de gestão e da revisão de processos. Procura-se desta forma atingir um grau mais elevado de eficiência na gestão dos vários processos da empresa.

Como nos últimos anos, a formação continuará a ser um dos eixos estratégicos de desenvolvimento da VICTORIA, sendo reforçado o investimento em ações que aumentem o potencial dos recursos da empresa. Da mesma forma, continuará a ser fortalecida a organização das ações de Responsabilidade Social interna.

VICTORIA-SEGUROS, S.A.

1.14

Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 29 de março de 2016

O Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA-SEGUROS, S.A.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício		Valor Líquido	Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		
ATIVO					
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	408.475		408.475	1.521.830
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230		230	230
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
4	Ativos disponíveis para venda	87.411.692		87.411.692	86.677.127
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	14.306.268		14.306.268	5.905.106
	Títulos de dívida	73.105.424		73.105.424	80.772.021
	Outros				
	Empréstimos e contas a receber	3.422.492	-	3.422.492	3.477.899
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos			-	-
5	Empréstimos concedidos	3.422.492		3.422.492	3.477.899
	Contas a receber				
	Outros				
6	Investimentos a deter até à maturidade	496.268		496.268	
2	Terrenos e edifícios	642.080	5.907	636.173	642.130
	Terrenos e edifícios de uso próprio	642.080	5.907	636.173	642.130
	Terrenos e edifícios de rendimento				
8	Outros activos tangíveis	4.195.711	3.982.185	213.526	400.136
8	Inventários	16.036		16.036	18.234
	Goodwill				

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício		Exercício Anterior	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
9	Outros ativos intangíveis	19.446.242	15.783.302	3.662.940	3.119.815
13	Provisões técnicas de resseguro cedido	14.387.776	-	14.387.776	12.626.716
	Provisão para prémios não adquiridos	5.389.967		5.389.967	4.724.944
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	8.997.809		8.997.809	7.901.772
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
11	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	936.569		936.569	914.676
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16.897.368	4.566.383	12.330.985	18.010.192
	Contas a receber por operações de seguro directo	12.758.895	4.540.387	8.218.508	9.361.573
	Contas a receber por outras operações de resseguro	207.882	25.996	181.886	2.150.771
	Contas a receber por outras operações	3.930.591	-	3.930.591	6.497.848
12	Ativos por impostos	1.093.388	-	1.093.388	1.239.811
	Ativos por impostos correntes	4.609		4.609	8.559
	Ativos por impostos diferidos	1.088.779		1.088.779	1.231.252
15	Acréscimos e diferimentos	68.367		68.367	39.180
	Outros elementos do activo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	149.422.694	24.337.777	125.084.917	128.687.976

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
13	Provisões técnicas	75.031.051	74.691.190
	Provisão para prémios não adquiridos	16.063.426	15.210.245
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	52.339.713	50.792.421
	De vida		
	De acidentes de trabalho	25.784.946	24.252.853
	De outros ramos	26.554.767	26.539.568
	Provisão para participação nos resultados	596	6.989
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.917.254	4.760.835
	Provisão para riscos em curso	1.710.061	3.920.700
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	21.257	21.103
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	21.257	21.103
	Outros		
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	294.433	299.957
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.659.322	4.580.818
	Contas a pagar por operações de seguro direto	2.175.315	1.875.088

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.428.577	1.557.403
	Contas a pagar por outras operações	1.055.430	1.148.327
	Passivos por impostos	2.619.587	2.503.279
	Passivos por impostos correntes	2.618.408	2.386.300
12	Passivos por impostos diferidos	1.179	116.979
15	Acréscimos e diferimentos	2.772.941	3.500.867
27	Outras Provisões	104.758	2.987.627
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	85.503.349	88.584.841
	CAPITAL PRÓPRIO		
16	Capital	34.850.000	34.850.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
16	Reservas de reavaliação	(220.564)	562.335
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(225.805)	558.708
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	5.241	3.627
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	CAPITAL PRÓPRIO		
12	Reserva por impostos diferidos	49.627	(126.525)
	Outras Reservas	34.471.610	34.443.014
	Resultados Transitados	(29.625.690)	(29.646.692)
	Resultado do exercício	56.585	21.003
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	39.581.568	40.103.135
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	125.084.917	128.687.976

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	34.446.161		34.446.161	42.494.379
20	Prémios brutos emitidos	74.348.974		74.348.974	74.032.150
	Prémios de resseguro cedido	(39.603.166)		(39.603.166)	(31.349.478)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(964.670)		(964.670)	1.552.511
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	665.023		665.023	(1.740.804)
21	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(29.217.431)		(29.217.431)	(32.748.973)
22	Montantes pagos	(28.650.705)		(28.650.705)	(35.694.490)
	Montantes brutos	(46.454.004)		(46.454.004)	(55.768.561)
	Parte dos resseguradores	17.803.299		17.803.299	20.074.071
	Provisão para sinistros (variação)	(566.726)		(566.726)	2.945.517
22	Montantes brutos	(1.662.762)		(1.662.762)	3.043.741
	Parte dos resseguradores	1.096.036		1.096.036	(98.224)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.054.219		2.054.219	3.135.613
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.460)		(5.460)	(5.267)
29	Custos e gastos de exploração líquidos	(7.776.555)		(7.776.555)	(14.007.391)
	Custos de aquisição	(14.371.981)		(14.371.981)	(14.299.329)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	111.489		111.489	(196.173)
	Gastos administrativos	(5.869.587)		(5.869.587)	(6.758.978)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	12.353.524		12.353.524	7.247.089
		371.751	105.585	477.336	593.094

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Rendimentos	371.751	105.585	477.336	593.094
23	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	371.751	105.585	477.336	593.094
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros				
	Gastos financeiros	(149.208)	(64.555)	(213.763)	(218.919)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
24	Outros	(149.208)	(64.555)	(213.763)	(218.919)
25	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	678.699	6.361	685.060	877.959
	De ativos disponíveis para venda	680.363	6.361	686.724	877.959
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	(1.664)		(1.664)	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para Negociação			-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-		-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	De ativos disponíveis para venda				-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
26	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12.094		12.094	10.041
27	Outras provisões (variação)		(18.699)	(18.699)	(155.126)
28	Outros rendimentos/gastos		(367.899)	(367.899)	5.938
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	414.270	(339.207)	75.063	(18.652)
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(222.505)	(160.422)
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			204.027	200.077
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	414.270	(339.207)	56.585	21.003

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	56.585	21.003
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(421.880)	554.959
Por via de alienações	(362.633)	(114.283)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	1.614	(4.553)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	176.152	(95.603)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	28.596	8.966
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	-
Total do rendimento integral	(521.566)	370.489

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO		2015	2014
1	ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
	Recebimentos:	154.966.590	154.841.605
	Clientes (prémios recebidos)	74.893.361	75.556.497
	Venda/amortização de ativos financeiros (Inv)	76.853.578	76.508.363
	Juros e dividendos (Inv)	136.651	9.745
	Recebimentos de taxas e impostos	-	-
	Regularização c/c Seguradoras	3.083.000	2.767.000
	Pagamentos:	154.620.370	154.986.792
	Clientes (sinistros e estornos)	40.245.449	50.183.279
	Comissões	4.863.954	4.609.454
	Resseguradores	7.572.982	3.982.076
	Outros prestadores	1.309.736	452.272
	Fornecedores diversos	6.994.842	8.105.365
	Pagamentos a colaboradores	3.687.754	5.102.969
	Compra de ativos financeiros (Inv)	77.788.744	69.686.999
	Pagamento de taxas e impostos	12.034.483	12.699.834
	Despesas de Viagem	120.402	163.944
	Fundo Fixo Caixa	2.024	600
	Regularização c/c Seguradoras	-	-
	Fluxo das atividades operacionais	346.220	(145.187)
2	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	Recebimentos:	-	-
	Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
	Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
	Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO		2015	2014
	Juros de Emp. Conc.	-	-
	Dividendos de participações	-	-
	Pagamentos:	1.459.575	1.816.094
	Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
	Imobilizações corpóreas (aquisição)	19.270	79.045
	Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.440.305	1.737.049
	Fluxo das atividades de Investimentos	(1.459.575)	(1.816.094)
3	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	Recebimentos:	-	-
	Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
	Aumentos de Capital	-	-
	Doações	-	-
	Pagamentos:	-	-
	Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	-
	Amort. de contratos de locação financeira	-	-
	Dividendos	-	-
	Fluxo das atividades de financiamento	-	-
4	= 1 + 2 + 3 + 4	(1.113.355)	(1.961.281)
	Caixa e seus equivalentes no início do período	1.521.830	3.483.111
	Caixa e seus equivalentes no final do período	408.475	1.521.830

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação			Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Total das variações do capital próprio	-	(784.513)	1.614	176.152	-	-	28.596	21.003	(21.003)	(578.151)
Resultado líquido do período									56.585	56.585
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de dezembro 20145	34.850.000	(225.805)	5.241	49.627	1.460.767	33.012.365	(1.522)	(29.625.690)	56.585	39.581.568

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

I. Introdução

II. Informação por Segmentos

III. Políticas Contabilísticas

IV. Gestão de Riscos

V. Notas ao Balanço

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
- NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda
- NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 6 – Investimentos a deter até à maturidade
- NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
- NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
- NOTA 9 – Outros ativos intangíveis
- NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 11 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 12 – Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 13 – Provisões Técnicas
- NOTA 14 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

- NOTA 15 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 16 – Capital Próprio
- NOTA 17 – Reserva Legal
- NOTA 18 – Transações entre partes relacionadas
- NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

VI. Notas à Conta de Ganhos e Perdas

- NOTA 20 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
- NOTA 22 – Custos com Sinistros
- NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 24 – Gastos Financeiros
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 26 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 27 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 29 – Gastos diversos por função
- NOTA 30 – Gastos com o pessoal

VII. Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII. Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX. Alterações das Políticas Contabilísticas

X. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

XI. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de transpasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union Portugal), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

(Un: Euros)

2015	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prêmios brutos emitidos	74.348.974	28.806.775	15.541.614	12.439.442	9.719.071	7.842.072
Prêmios de resseguro cedido	39.603.166	19.728.107	10.396.000	1.583.010	2.752.731	5.143.318
Prêmios brutos adquiridos	73.384.304	28.190.744	15.669.502	12.443.191	9.737.701	7.343.166
Resultados dos investimentos	901.242	111.405	182.770	191.127	329.769	86.171
Custos com sinistros brutos	48.116.766	20.603.432	6.249.394	8.904.667	8.344.639	4.014.634
Custos de exploração brutos	20.130.079	7.175.552	4.070.379	3.132.360	2.897.403	2.854.385
Resultado técnico	414.270	1.446.152	2.036.725	19.453	(3.190.704)	102.644
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	96.851.167	11.015.282	18.142.581	18.815.720	40.497.311	8.380.273
Provisões técnicas	75.031.051	9.236.548	15.109.687	15.670.298	28.035.175	6.979.343

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

(Un: Euros)

2014	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	74.032.150	28.177.929	15.750.151	13.087.830	9.719.562	7.296.678
Prémios de resseguro cedido	31.349.478	13.305.423	10.659.925	1.623.497	2.557.342	3.203.291
Prémios brutos adquiridos	75.584.661	28.314.221	16.438.483	13.759.509	9.904.584	7.167.864
Resultados dos investimentos	1.168.010	125.588	249.540	244.116	461.487	87.279
Custos com sinistros brutos	52.724.820	21.906.057	10.403.182	9.054.469	6.884.486	4.476.626
Custos de exploração brutos	21.254.480	6.181.402	4.998.863	4.493.681	3.123.719	2.456.815
Resultado técnico	46.412	1.989.600	(972.291)	(493.105)	(1.103.569)	624.777
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	85.631.625	10.561.922	19.922.655	19.564.484	28.621.225	6.961.340
Provisões técnicas	74.691.190	8.889.261	16.767.563	16.466.114	26.709.358	5.858.893

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros (“PCES 07”)), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as

interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de dezembro.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 29 de março de 2016.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2015 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual,

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a

aplicação do método “prorrata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

v) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

vi) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos,

de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não Cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com tratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade,

antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria. As transfe-

rências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável: A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

- I. Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II. Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
 - b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
 - b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
 - c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
 - d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
 - e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
 - f. Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% e 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes

do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos bene-

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

fícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as

taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a

vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável: A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

- I. Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II. Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
 - a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20%

inferior ao Custo Amortizado;

b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

- II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
 - a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
 - b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
 - a. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
 - b. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
 - c. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
 - d. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA – Seguros, S.A. tem

delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano e o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente e na capacidade de sustentabilidade dos riscos assumidos.

As ações estratégicas e o orçamento são apresentados anualmente no encontro anual de colaboradores, assegurando que todos sabem os objetivos a seguir.

Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, com a participação dos diretores de topo da companhia. Por outro lado, existe um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao inicialmente previsto.

No âmbito da estratégica, deve-se também destacar as atividades realizadas em 2015 relacionadas com a preparação para o novo regime de Solvência II:

- Reporte do primeiro relatório FLAOR (Forward Looking Assessment of Own Risks) à entidade de supervisão;
- Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II;
- Reporte anual quantitativo e qualitativo no âmbito solo (VICTORIA - Seguros, S.A.) e grupo (VICTORIA Internacional de Portugal – SGPS);

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

- Reporte trimestral quantitativo no âmbito solo e de grupo;
- Desenvolvimento do sistema de governação, com a definição das funções chave e desenvolvimento das diversas políticas, já alinhadas com as métricas e objetivos do grupo;
- Análise da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para o ordenamento jurídico português a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 25 de novembro, também denominada “Diretiva de Solvência II”

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao risco de perdas originadas pelo declínio de imagem. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas

inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistro
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das diretrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras para o Ramo Não Vida, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA tem como objetivo garantir a adequação dos

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial e, dependendo tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Entre os vários fatores que influenciam o preço, destacam-se os custos estimados com sinistros, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, enquadramento social da atividade em que o risco está inserido, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento. Numa ótica de monitorização contínua das provisões

são produzidos relatórios de exceção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Como forma de redução da exposição ao risco, a VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, cedendo parte dos riscos por si assumidos a resseguradoras, tendo por princípio uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras com base numa análise da sua capacidade financeira, adequada ao perfil da carteira.

O resseguro da Companhia está disperso por 29 resseguradoras e o Nat Cat está colocado em 17 resseguradores.

Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem, ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP) relativamente ao ramo de Saúde. Este ramo em 2014 tinha dois tratados de resseguro de Quota Share com a SMABTP e Munich.

O resseguro existente na companhia tem por base tratados de resseguro, cujo resumo das principais características é exposto no quadro seguinte:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Incêndio e outros danos	Quota Share	250.000	500.000
	First Surplus	500.000	18.000.000
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	5.000.000	125.000.000
		120.000.000 xs 5.000.000	
Automóvel	Excess of Loss per risk/ per event	500.000	3.000.000
		2.500.000 xs 500.000	
		unlimited xs 3.000.000	
Marítimo, aéreo e transportes	Excess of Loss per risk/ por event	180.000	600.000
		600.000	14.000.000
		13.400.000 xs 600.000	
Acidentes Pessoais	Excess of Loss per event	500.000	4.000.000
		3.500.000 xs 500.000	
		4.000.000	20.000.000
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400.000	7.000.000
		16.000.000 xs 4.000.000	
		6.600.000 xs 400.000	

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Responsabilidade Civil	Quota Share	120.000	400.000
	Excess of Loss per risk	400.000	20.000.000
		19.600.000 xs 400.000	
	Excess of Loss per event	400.000	38.000.000
37.600.000 xs 400.000			
Engenharia	Quota Share	150.000	500.000
	Quota Share	500.000	4.500.000
	Excess of loss	25.000.000	50.000.000
		5.000.000	25.000.000
Construção (apenas para situações especiais) LOB= Inherent Defect Insurance	Excess of loss	20.000.000 xs 5.000.000	
		57.300.000 xs 2.700.000	
Caução	Quota Share	1.050.000	3.000.000
Decenal	Excess of loss	2.700.000	60.000.000
Saúde	Quota Share	75.000	250.000

IV – GESTÃO DE RISCOS

No quadro abaixo exposto, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

Ramo	Prémios 2015				Prémios 2014			
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência
Saúde	28.807	19.728	9.079	68%	28.178	13.305	14.873	47%
Incêndio e outros danos	15.653	10.396	5.257	66%	15.750	10.660	5.090	68%
Automóvel	12.439	1.583	10.856	13%	13.088	1.113	11.974	9%
Acidentes de Trabalho	6.074	267	5.807	4%	6.107	269	5.838	4%
Acidentes Pessoais	3.645	2.485	1.160	68%	3.613	2.127	1.486	59%
Marítimo, Aéreo e Transp.	5.338	3.455	1.883	65%	5.521	2.891	2.630	52%
Responsabilidade Civil	2.259	1.580	679	70%	1.619	877	742	54%
Diversos	133	108	25	81%	157	106	50	68%
TOTAL	74.348	39.602	34.746	53%	74.032	31.349	42.683	42%

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	2015	2014
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	28.807	28.178
Incêndio e outros danos	15.653	15.750
Automóvel	12.439	13.088
Acidentes de Trabalho	6.074	6.107
Acidentes Pessoais	3.645	3.613
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.338	5.521
Responsabilidade Civil	2.259	1.619
Diversos	133	157
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	28.191	28.314
Incêndio e outros danos	15.670	16.438
Automóvel	12.443	13.760
Acidentes de Trabalho	6.088	6.238
Acidentes Pessoais	3.649	3.666
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.221	5.517
Responsabilidade Civil	1.978	1.495
Diversos	143	156
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	73,1%	77,4%
Incêndio e outros danos	39,9%	63,3%
Automóvel	71,6%	65,8%
Acidentes de Trabalho	127,8%	92,1%
Acidentes Pessoais	15,5%	31,0%
Marítimo, Aéreo e Transportes	60,1%	78,4%
Responsabilidade Civil	34,3%	12,6%
Diversos	133,3%	-22,5%

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	2015	2014
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	13,6%	13,0%
Incêndio e outros danos	18,5%	20,7%
Automóvel	22,1%	25,5%
Acidentes de Trabalho	22,0%	28,5%
Acidentes Pessoais	19,5%	18,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	23,4%	13,2%
Responsabilidade Civil	31,6%	46,4%
Diversos	13,6%	10,8%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	98,0%	99,2%
Incêndio e outros danos	66,1%	93,7%
Automóvel	96,7%	98,5%
Acidentes de Trabalho	151,5%	116,6%
Acidentes Pessoais	55,3%	74,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	95,7%	105,2%
Responsabilidade Civil	82,1%	75,7%
Diversos	144,9%	-1,0%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	88,6%	102,3%
Incêndio e outros danos	82,4%	125,7%
Automóvel	107,6%	108,3%
Acidentes de Trabalho	158,6%	121,8%
Acidentes Pessoais	101,6%	127,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	84,0%	94,1%
Responsabilidade Civil	128,8%	108,2%
Diversos	794,0%	-59,8%

IV – GESTÃO DE RISCOS

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira de Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo de cerca de 3,1% comparativamente com o ano transato.

Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida seguem princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada trimestralmente, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos, que são refletidos nos resultados da Companhia.

Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Atuário Responsável, de 31 de dezembro de 2015, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco catastrófico

Os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

4.Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2015 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

2015	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas					
	sub-total	230	230	230	
	total	230	230	230	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública					
	sub-total	528.701	509.138	519.073	3.597
	total	-	509.138	519.073	3.597
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública					
		7.400.000	8.571.410	8.481.868	65.899
De outros emissores públicos					
		24.900.000	25.171.467	25.203.820	21.997
De outros emissores					
	sub-total	39.000.000	39.281.292	39.128.062	177.376
	sub-total	71.300.000	73.024.169	72.813.750	265.272
Títulos de rendimento variável					
Unidades de participação em fundos de investimento					
	8.843		14.331.590	14.306.268	-
	sub-total	8.843	-	14.331.590	-
	total	8.843	71.300.000	87.355.759	265.272
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos					
				3.413.712	8.780
Depósitos a Prazo					
	total			3.413.712	8.780

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

No ano transato a carteira apresentava-se desta forma:

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas					
	sub-total	230	230	230	
	total	230	230	230	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública					
	sub-total	28.701	15.732	25.257	571
	total	-	28.701	15.732	571
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública					
	sub-total	10.300.000	11.550.931	11.670.714	92.383
De outros emissores públicos					
	sub-total	25.900.000	26.063.745	26.252.025	27.495
De outros emissores					
	sub-total	42.100.000	42.360.799	42.538.364	165.212
	sub-total	78.300.000	79.975.475	80.461.103	285.090
Títulos de rendimento variável					
Unidades de participação em fundos de investimento					
	sub-total	7.434	5.841.549	5.905.106	-
	total	7.434	85.817.024	86.366.209	285.090

IV – GESTÃO DE RISCOS

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				3.465.807	12.092
Depósitos a Prazo					
total				3.465.807	12.092
3 - TOTAL GERAL	7.434	78.328.701	85.832.756	89.857.273	297.753

Risco de crédito

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações. Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em dezembro de 2015 a taxa de cobertura

ativo versus passivo era de 126,6% (2014: 129,5%).

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2015	%	2014	%
AAA	14.603.175	16,0%	14.697.965	16,3%
AA	28.458.138	31,2%	37.665.597	41,8%
A	16.098.984	17,6%	18.567.940	20,6%
BBB	6.725.421	7,4%	4.974.938	5,5%
BB	737.780	0,8%	852.490	0,9%
B	559.801	0,6%	0	0,0%
NR	24.147.383	26,4%	13.396.326	14,8%
Total	91.330.682	100,0%	90.155.256	100,0%

Durante o presente ano, o processo de normalização da crise da Dívida Soberana dos países europeus, avançou de forma significativa. Portugal, seguindo os passos da Irlanda, encerrou com sucesso o seu programa de ajuda financeira. Os prémios de risco da dívida dos países mais endividados diminuíram significativamente, embora os fatores que estiveram na génese desta crise (dívida excessiva e fraco crescimento económico) se tenham mantido de forma latente. Assim e de forma

global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo-se num elevada qualidade de crédito, uma vez que 72,1% da carteira possui qualidade de investment grade, face a 84,2% em 2014. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no final do exercício praticamente inexistente (inferior a 0,6% da carteira de ativos).

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2015					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>						
Portugal	15.878	25.831	9.953	4,0%	Perpétua	55
<i>Ativos deter até à maturidade</i>						
Portugal	493.203	515.350	22.147	2,9%	10	99
	509.080	541.181	32.100	2,9%	13	97

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2014					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>						
Portugal	15.715	25.257	9.542	4,0%	Perpétua	55
Grécia						
Irlanda						
Espanha						
Itália						
	15.715	25.257	9.542	4%	n.a.	55

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2015	%	2014	%
<1 ano	3.201.538	3,5%	23.881.922	26,5%
1 a 2 anos	12.435.227	13,6%	12.498.213	13,9%
3 a 5 anos	35.613.405	39,0%	26.507.036	29,4%
6 a 10 anos	19.025.000	20,8%	15.866.541	17,6%
> 10 anos	6.749.014	7,4%	5.496.209	6,1%
sem maturidade	14.306.498	15,7%	5.905.336	6,6%
Total Geral	91.330.682	100,0%	90.155.256	100,0%

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 16,2 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2016. A descida dos yields para valores negativos ou próximos de 0 relativamente ao mercado de dívida soberana levou a uma exposição mais criteriosa nessa classe de ativos, continuando a ser no entanto um ativo chave para gestão prudente e avisada face às necessidades futuras de liquidez. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 9,0 milhões de euros (2014: 11,8), representando 10,3% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 94,2% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (França, Alemanha e Finlândia). Face ao ano anterior a exposição a unidade de participação de fundos de investimento aumentou de forma expressiva (+142%) e passou a representar 16,3% da carteira, ou seja 14,3 milhões de euros (2014: Mio 5,9). A exposição a unidades de participação é compos-

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

ta quase na totalidade por fundos de mercado monetário.

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2015, um valor de 36,9 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 22,1 milhões de euros, o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

Margem de Solvência

A margem de solvência a 31 de dezembro de 2015 é de 2,43 (2014: 2,51).

A alteração da taxa de cobertura é justificada pela diminuição do montante da margem de solvência disponível (de 36,9 para 35,9 milhões de euros), uma vez que a margem de solvência a constituir se manteve estável.

A política de gestão de capital visa simultaneamente: de capital visa simultaneamente:

- Garantir o nível de capital suficiente para cobrir os requisitos legais;
- Otimizar a estrutura de capital para garantir de forma

IV – GESTÃO DE RISCOS

ponto de partida é a carteira existente a 31 de No outro senti-
do testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida
de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos
ativos imobiliários e de 30% no valor dos ativos acionistas.
Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascende-
ria a 1,5 milhão de euros e que se explica em 11% pelo valor

dos ativos imobiliários e 89% pela quebra do valor das obriga-
ções. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de
solvência de 236%.

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis
nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo refletido:

Análise de Sensibilidade

(Un: Euros)

Risco	Exposição a Valores de Mercado	Duração Modificada	Variações			
			(+)	Impacto	(-)	Impacto
Taxa de Juro	87.639.091	1,48	-100p.b.	1.299.590	+100 p.b.	(1.299.590)
Imobiliário	642.080		+10%	64.208	-25%	(160.520)
Participações	230		+10%	23	-30%	(69)
Impacto nos Capitais Próprios(*)				1.363.821		(1.460.179)
Margem de Solvência				255%		236%

(*) Impacto nos capitais próprios, assumindo uma variação simultânea dos diferentes indicadores

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Em 2015 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Identificação de gestores de risco por processo, de forma a garantir a identificação e atualização contínua dos respetivos riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a

tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;

- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente constituído pela área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude;
- Finalização da primeira fase do projeto de Plano de Continuidade de Negócio (PCN), assente na conclusão dos seguintes objetivos/ entregáveis: BIA (Business Impact Analysis); PRT (Plano de Recuperação Tecnológico), PSI (Plano de Segurança Interno); PCC (Plano de Controlo de Crise); Estratégia do PCN e Manutenção do PCN.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada no Departamento de Gestão de Riscos visa

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO**IV – GESTÃO DE RISCOS**

mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2015:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de “Comunicação VICTORIA”;
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Controlo mensal das atividades da entidade de supervisão relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e qualquer ação implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Elaboração do relatório anual das atividades desenvolvidas, bem como do plano do próximo ano.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Caixa e equivalentes	2.109	4.911
Depósitos à ordem	406.366	1.516.919
	408.475	1.521.830

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Opera-

ções, no montante de 590.202 Euros (2014: 448.796 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfazamento do desconto.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revaloriza-

ção. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Variação do justo valor	Vida útil
De uso próprio					
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2015	357.333	259.550	(61.601)	78
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2015	268.008	204.170	(38.982)	75
Av. Brasil 6 – Oeiras	2015	166.737	178.360	5.241	77
Total	2015	792.078	642.080	(95.342)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios de uso próprio	Saldo inicial		Aquisições	Reavaliações	Alienações	Amortizações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações					
Terrenos	190.179	-	-	(1.490)	-	-	188.689
Edifícios	457.841	5.890	-	1.440	-	5.907	447.484
Total	648.020	5.890	-	(50)	-	5.907	636.173

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de Dezembro, a VICTORIA – Seguros, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em Dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de € 14.904.239. O valor do imóvel à data de encerramento, e de acordo com avaliação efetuada, ascende a € 17.457.545.

NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2014			2014		
	Custo de aquisição amortizado	Reserva de justo valor	Saldo final	Custo de aquisição amortizado	Reserva de justo valor	Saldo final
Instrumentos de capital e unid. participação	14.331.589	(25.321)	14.306.268	5.841.550	63.556	5.905.106
Títulos de Dívida	73.305.908	(200.484)	73.105.424	80.276.869	495.152	80.772.021
Dívida Pública	8.587.306	(79.607)	8.507.699	11.566.663	129.307	11.695.970
De Outros Emissores Públicos	25.171.467	32.353	25.203.820	26.063.745	188.280	26.252.025
De Outros Emissores	39.281.292	(153.230)	39.128.062	42.360.799	177.565	42.538.364
Juro a receber	265.843	-	265.843	285.662		285.662
Total	87.637.497	(225.805)	87.411.692	86.118.419	558.708	86.677.127

V – NOTAS AO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2015 os ativos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para

ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Setores	31-12-2015					31-12-2014				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	3,5%	3.097.116	3.097.116			4,2%	3.606.919	3.606.919		
Bens Consumo, Não Cíclicas	6,1%	5.328.766	5.328.766			2,1%	1.786.276	1.786.276		
Industrial e Matérias Primas	5,2%	4.561.413	4.561.413			4,9%	4.204.530	4.204.530		
Utilities	2,9%	2.535.435	2.535.435			2,4%	2.073.976	2.073.976		
Energia	2,4%	2.099.565	2.099.565			0,7%	631.155	631.155		
Comunicações e Tecnologia	3,7%	3.228.048	3.228.048			1,7%	1.488.735	1.488.735		
Financeiro	20,6%	18.045.705	18.045.706			33,9%	29.415.181	29.415.181		
Serviços	0,5%	409.390	409.390			0,0%				
Dívida Soberana	38,7%	33.799.985	33.799.985			43,3%	37.565.249	37.565.249		
Fundo Obrigações	16,4%	14.306.268		14.306.268		6,8%	5.905.106		5.905.106	
Total Geral	100%	87.411.692	73.105.424	14.306.268	-	100%	86.677.127	80.772.021	5.905.106	

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	-
Acréscimos de Juros	-	-
Empréstimos concedidos	3.413.712	3.465.807
Acréscimos de Juros	8.780	12.092
	3.422.492	3.477.899

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade referida na Nota 3.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 6 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

(Un: Euros)

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	518.376	496.268		
Dívida Pública	515.350	493.242		
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimos de Juros	3.026	3.026		
TOTAL	518.376	496.268	-	-

Os títulos classificados nesta categoria, foram adquiridos no decurso do ano e têm vencimento em 2025.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-

se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2015	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	9.565	398.910			408.475
Terrenos e Edifícios	-	636.173		-	636.173
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	-	-		230	230
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados					
Instrumentos de Capital e Unid Participação					
Títulos de Dívida					
Ativos disponíveis para venda	35.270.113	52.141.579		-	87.411.692
Instrumentos de Capital e Unid Participação	7.363.354	6.942.914		-	14.306.268
Títulos de Dívida	27.906.759	45.198.665		-	73.105.424
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.405.419	-		17.073	3.422.492
Depósitos a Prazo					-
Empréstimos concedidos	3.405.419			17.073	3.422.492
Investimentos a deter até à maturidade	496.268				496.268
Títulos de Dívida	496.268				496.268
TOTAL	39.181.365	53.176.662		17.303	92.375.330

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2014	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	325.917	1.195.913	-	-	1.521.830
Terrenos e Edifícios	-	642.130	-	-	642.130
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	-	-	230	-	230
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-	-
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	26.606.400	52.438.851	7.631.876	-	86.677.127
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.835.139	4.002.261	67.706	-	5.905.106
Títulos de Dívida	24.771.261	48.436.590	4.564.170	-	80.772.021
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	3.477.899	-	3.477.899
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos	-	-	3.477.899	-	3.477.899
TOTAL	26.932.317	54.276.894	11.109.775	-	92.318.986

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários

Os outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	874.256	(842.330)	259			(1.460)	(13.100)	1.460	19.085
Máquinas e ferramentas	126.397	(125.876)	-			(1.053)	(278)	1.503	243
Equipamento informático	1.647.866	(1.405.493)	19.011				(134.342)		127.042
Instalações interiores	175.713	(100.841)	-				(20.639)		54.233
Outro Equipamento	1.346.356	(1.304.278)	-				(37.521)		4.557
Sub-Total	4.170.588	(3.778.818)	-	-	-	(2.513)	(205.880)	2.513	205.160
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	8.366	-	-					-	8.366
TOTAL	4.178.954	(3.778.818)	19.270	-	-	(2.513)	(205.880)	2.513	213.526

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 9 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informáticas	15.576.213	(13.648.338)	24.040	-	707.877	-	(897.180)	-	1.762.612
Ativos intangíveis em curso	1.191.940	-	1.416.265	-	(707.877)	-	-	-	1.900.328
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.005.937	(14.886.122)	1.440.305	-	-	-	897.180	-	3.662.940

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Operações de seguro direto	8.218.508	9.361.573
Tomadores de Seguros	6.690.304	6.341.677
Mediadores de Seguros	3.424.643	915.211
Co-Seguradores	73.289	54.875
Outros Devedores	2.570.659	2.686.129
Imparidade	(4.540.387)	(636.319)
Operações de resseguro	181.886	2.150.771
Resseguradores e Ressegurados	207.882	2.150.771
Imparidade	(25.996)	-
Outras operações	3.930.591	6.497.848
Outros Devedores	3.930.591	7.039.067
Imparidade	-	(541.219)
TOTAL	12.186.882	18.010.192

Em Operações de Seguro Direto, o risco de não cobrança de prémios dos Tomadores de seguros, está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de 1.123.595 Euros (2014: 636.319 Euros). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contra-

tos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2015, uma vez que nos testes efetuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos os montantes relativos a acordos de pagamento, anteriormente reconhecido em Outras Operações, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de 2.924.570 Euros (2014: 2.900.659).

Os montantes de Outros Devedores respeita a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.570.659 (2014: Euros 2.686.129) que ainda se encontram pendentes de regularização

Em Outras Operações encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 18.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 11 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontra integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Benefícios de pós emprego	936.569	903.841
Outros Benefícios de longo prazo	(294.433)	(289.122)
	642.136	614.719

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 29.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma,

à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

	2015	2014
Responsabilidades por benefícios	560.518	501.469
Justo valor dos ativos do fundo	560.518	490.635
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	-	(10.834)

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafecção.

A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de €90.876.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

V – NOTAS AO BALANÇO

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	69

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	199.195	327.495	526.690	221.089	326.474	547.563
Justo valor dos ativos do fundo	1.168.826	-	1.168.826	1.173.116	-	1.173.116
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	969.631	(327.495)	642.136	952.027	(326.474)	625.553

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 1 de janeiro	221.089	326.474	547.563	208.734	342.229	550.963
Custo do serviço corrente	-	8.925	8.925	-	8.187	8.187
Custo de juros	3.977	5.875	9.852	7.170	11.756	18.926
(Ganhos) e perdas atuariais	(17.047)	(13.779)	(30.826)	14.066	(35.698)	(21.632)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(8.824)	-	(8.824)	(8.881)	-	(8.881)
Redução por alteração do CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	199.195	327.495	526.690	221.089	326.474	547.563

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife (anteriormente ALICO) e GNB Seguros de

Vida (anteriormente BES-Vida). A responsabilidade ascende a € 1.301.449 (2014: € 1.566.779).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Ativos do plano em 01 de janeiro	1.173.116	1.155.455
Retorno esperado dos ativos	(2.053)	693
Ganhos e (perdas) atuariais	6.587	25.850
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(8.824)	(8.882)
Redução por alteração do CCT	-	-
Ativos do plano em 31 de dezembro	1.168.826	1.173.116

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue :

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	8.926	8.926	-	8.187	8.187
Custo de juros	3.978	5.874	9.852	7.170	11.756	18.926
Retorno esperado dos ativos	2.053	-	2.053	(693)	-	(693)
Benefícios passados não reconhecidos anteriormente	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	(8.817)	(8.817)	-	(38.516)	(38.516)
Total do custo do ano	6.031	5.983	12.014	6.477	(18.573)	(12.096)

V – NOTAS AO BALANÇO

O justo valor dos ativos que constituem o plano 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

(Un: Euros)

	2015		2014	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,42 %	24.630	1,36%	22.593
Fundos de Investimento em Ações	6,31 %	109.183	1,92%	31.910
Ações	0,00 %	-	0%	0
Fundos de Investimento em Obrigações	20,16 %	349.132	10,82%	179.944
Obrigações de Taxa Variável	28,58 %	494.201	26,65%	443.469
Obrigações de Taxa Fixa	40,36 %	698.046	49,16%	817.850
Mercado Monetário	0	54.152	10,10%	167.986
TOTAL	100 %	1.729.344	100%	1.663.751

O retorno real dos ativos foi de Euros 4.534.

Os ganhos e perdas atuariais em 2015 e 2014 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 01 de janeiro	(38.200)	8.082	(30.118)	(49.984)	10.900	(39.084)
Ganhos e (perdas) atuariais das responsabilidades	17.047	4.962	22.009	(14.066)	(2.818)	(16.884)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	6.587	-	6.587	25.850	-	25.850
Redução por alteração do CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 31 de dezembro	(14.566)	13.044	(1.522)	(38.200)	8.802	(30.118)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de

resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2015	2014
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	2,23%	1,8%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014	2013	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	526.690	547.563	550.963	585.863	470.212
Justo valor dos ativos do fundo	1.168.826	1.173.116	1.155.455	1.173.538	164.757
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	642.136	625.553	604.492	587.675	(305.455)

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 12 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corres-

ponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos financeiros	50.806			116.163	50.806	(116.163)
Benefícios a empregados	66.248	65.052		-	66.248	65.052
Provisões	741.900	700.793		-	741.900	700.793
Terrenos e edifícios	49.196	20.426	1.179	816	48.017	19.610
Outros passivos	180.629	204.269			180.629	204.269
Prejuízos fiscais	-	240.712			-	240.712
Impostos diferidos ativos / (passivos)	1.088.779	1.231.252	1.179	116.979	1.087.600	1.114.273

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos financeiros	(9.546)	176.515	166.969	-	(96.791)	(96.791)
Benefícios a empregados	1.196	-	1.196	22.891	-	22.891
Provisões	41.107	-	41.107	(12.519)	-	(12.519)
Imóveis	28.770	(363)	28.407	(1.816)	1.188	(628)
Outros passivos	(23.640)	-	(23.640)	(49.191)	-	(49.191)
Prejuízos fiscais	(240.712)	-	(240.712)	240.712	-	240.712
Impostos diferidos ativos / (passivos)	(202.825)	176.152	(26.673)	200.077	(95.603)	104.474

V – NOTAS AO BALANÇO

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMA, foi apresentado um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais (gerados nos exercícios anteriores no âmbito do RETGS) para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência, proceder á anulação do IDA correspondente.

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente aos prejuízos, é o seguinte:

(Un: Euros)

Exercício	Data limite	Resultado Fiscal
2009	2015	(390.278)
2011	2015	(11.817.085)
2012	2017	(872.504)
2013	2018	(5.363.496)
Total		(18.443.363)

Apesar dos resultados estarem a evoluir de forma favorável, não se prevê capacidade para absorver os prejuízos fiscais que se esgotam em 2015.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Imposto corrente	(222.505)	(160.422)
Imposto diferido	204.027	200.077
Imposto do exercício	(18.478)	39.655

V – NOTAS AO BALANÇO

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014	Varição
Imposto Diferido	49.627	(126.525)	176.152
Investimentos financeiros	50.806	(125.709)	176.515
Terrenos e edifícios	(1.179)	(816)	(363)
Total imposto reconhecido reservas	49.627	(126.525)	176.152

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
RESULTADO ANTES IMPOSTO	75.063	(18.652)
Taxa Imposto	22,5%	24,5%
Imposto Calculado com base taxa imp	(16.889)	4.570
Outros proveitos e custos excluidos tributação	(15.334)	15.487
Imparidade por impostos diferidos		-
Recuperação IDA	166.141	107.696
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46		6.893
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(115.440)	(174.300)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(18.478)	39.655

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 13 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 2015	Valor de balanço 2014
Provisões técnicas de seguro direto	77.108.367	2.077.317	75.031.050	74.691.190
Provisão para prémios não adquiridos	18.140.743	2.077.317	16.063.426	15.210.245
Provisão para sinistros	52.339.713		52.339.713	50.792.421
Provisão participação resultados	596		596	6.989
Provisão para desvios de sinistralidade	4.917.254		4.917.254	4.760.835
Outras provisões técnicas	1.710.061		1.710.061	3.920.700
Provisões técnicas de resseguro cedido				
Provisão para prémios não adquiridos	14.387.776		14.387.776	12.626.716
Provisão para sinistros	5.389.967		5.389.967	4.724.944
	8.997.809		8.997.809	7.901.772

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação, não sendo efetuado qualquer diferimento dos custos por natureza imputados.

V – NOTAS AO BALANÇO

I. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 1.915.589 Euros (2014: 2.435.612 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No decorrer de 2015, efetuou-se um estudo atuarial, tendo-se apurado o montante de 1.753.627 Euros (2014: 1.665.563 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (4)
Não vida				
Acidentes e doença	29.756.555	7.559.999	22.761.246	564.690
Incêndio e outros danos	5.204.401	2.734.225	1.881.432	(588.744)
Automóvel				-
- Responsabilidade civil	10.248.025	2.968.152	7.432.899	153.026
- Outras coberturas	1.016.701	481.252	201.342	(334.107)
Marítimo, aéreo e transportes	3.628.103	1.338.112	2.078.999	(210.992)
Responsabilidade civil geral	595.889	178.222	553.413	135.746
Crédito e caução	342.747	-	475.550	132.803
Proteção jurídica				-
Assistência				-
Diversos		-	-	-
Total	50.792.421	15.259.962	35.384.881	(147.577)

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2015, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 18.478.153 (Euros 2014: 17.688.096 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

- | | |
|------------------------|----------|
| • Tábua de mortalidade | TD 88/90 |
| • Taxa de desconto | 5,25% |
| • Encargos de gestão | - |

Pensões em pagamento:

- | | |
|------------------------|----------|
| • Tábua de mortalidade | TV 88/90 |
| • Taxa de desconto | 3% |
| • Encargos de gestão | 2% |

II. Provisão para Participação nos Resultados

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

III. Outras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondam a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

V – NOTAS AO BALANÇO**NOTA 14 – Outros credores por operações de seguros e outras operações**

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Operações de seguro direto	2.175.315	1.875.088
Tomadores de Seguros	1.451.949	1.393.255
Mediadores de Seguros	527.891	401.315
Co-Seguradores	195.475	80.518
Operações de resseguro		
Resseguradores	1.428.577	1.557.403
Outras Operações	1.055.430	1.148.327
TOTAL	4.659.322	4.580.818

A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 15 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Rendas e alugueres	39.243	39.180
Outros acréscimos e diferimentos	29.124	-
Total	68.367	39.180

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Férias e subsídio de férias	710.522	938.377
Outros encargos com pessoal	184.450	277.357
Incentivos desempenho	704.717	917.362
Outros acréscimos e diferimentos	1.173.252	1.367.771
Total	2.772.941	3.500.867

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 16 – Capital Próprio

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um

total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

No que respeita à Reservas de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / desvalorizações	Diminuições por venda	Saldo final
De justo valor de ativos financeiros	558.708	(421.880)	(362.633)	(225.805)
Instrumentos de capital e Unid. participação	63.556	(25.849)	(63.028)	(25.321)
Títulos de Dívida	495.152	(396.031)	(299.605)	(200.484)
Dívida Pública	129.307	(88.961)	(119.953)	(79.607)
De Outros Emissores Públicos	188.280	(58.161)	(97.766)	32.353
De Outros Emissores	177.565	(248.909)	(81.886)	(153.230)
Terrenos e Edifícios		1.614	-	5.241
Total	562.335	(420.266)	(362.633)	(220.564)

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 17 – Reserva Legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

NOTA 178 – Transações entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. No decurso de 2015 a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMA.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal SGPS, SA	VICTORIA-Seguros de Vida, SA	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite						
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido				24.656.995	-1.279	
Rendimentos Empréstimos concedidos			129.427			
Total dos Proveitos	0	0	129.427	24.656.995	-1.279	
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg				9.605.705	-926	
Custos com sinistros				12.947.806	-19.979	
Outros Gastos Gerais e Administrativos	350.583				0	61.829
Total dos Custos	350.583	0		22.553.511	-20.905	61.829
Líquido Proveitos/ (Custos) 2015	-350.583	0	129.427	2.103.484	19.626	-61.829
Líquido Proveitos/ (Custos) 2014	-646.707	0	9.253	-439.970	-22.178	-61.829

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	VICTORIA-Seguros de Vida, SA	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMAVie BTP
Ativo						
Empréstimos e Contas a receber			3.405.419			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido						
Outros Devedores por operações de seguro				103.072	6.393	
Outros Devedores por outras operações	3.296.377	60.754			4.061	
Total do Ativo	3.296.377	60.754	3.405.419	103.072	10.454	0
Passivo						
Depósitos recebidos de resseguradores				820		
Outros Credores por operações de seguro						
Outros Credores por outras operações						
Total do Passivo	0	0	0	820	0	0
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	3.296.377	60.754	3.405.419	102.252	10.454	0
Líquido Ativo / (Passivo) 2013	3.219.295	81	3.396.639	1.799.223	96.186	0

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVie BTP, esta desenvolve a atividade de front office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2016	212.748
2017	165.391
2018	154.226
2019	88.064
Total	620.429

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Natureza da Garantia	2015	2014
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	14.999	-
Total	16.902	1.903

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração,

correspondente aos anos de 2015 e 2014 pode ser analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

2015	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	38.525.846	37.928.445	28.948.071	9.930.399	(1.515.236)
Incêndio e outros danos	15.541.614	15.556.747	6.249.394	4.070.379	(4.260.531)
Automóvel					
Responsabilidade civil	8.704.886	8.749.320	6.608.570	2.193.043	(1.179.180)
Outras coberturas	3.734.556	3.693.871	2.296.097	939.317	(71.982)
Marítimo, aéreo e transportes	5.320.369	5.204.828	3.134.297	1.852.524	93.439
Responsabilidade civil geral	2.160.750	1.946.972	675.886	935.351	(494.540)
Crédito e caução	123.650	134.250	190.505	4.056	(134.390)
Proteção jurídica					
Assistência					
Diversos	9.342	9.077	582	12.521	713
Sub-total	74.121.013	73.223.510	48.103.402	19.937.590	(7.561.707)
Resseguro aceite	227.961	160.794	13.364	49.933	(123.577)
Total	74.348.974	73.384.304	48.116.766	19.987.523	(7.685.284)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

2014	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	37.897.491	38.218.805	28.790.543	9.305.121	(2.162.534)
Incêndio e outros danos	15.721.804	16.411.036	10.401.240	4.982.050	(2.419.661)
Automóvel					
Responsabilidade civil	9.240.941	9.739.421	6.317.279	2.923.594	(1.140.550)
Outras coberturas	3.846.889	4.020.088	2.737.190	1.570.087	(83.412)
Marítimo, aéreo e transportes	5.521.187	5.517.483	4.323.511	1.480.437	441.083
Responsabilidade civil geral	1.618.734	1.494.697	188.107	942.884	(419.334)
Crédito e caução	151.943	152.969	(37.274)	25.944	(77.239)
Proteção jurídica					
Assistência					
Diversos	4.814	2.715	2.282	7.550	(594)
Sub-total	74.003.803	75.557.214	52.722.878	21.237.667	(5.862.241)
Resseguro aceite	28.347	27.447	1.942	16.813	(5.105)
Total	74.032.150	75.584.661	57.724.820	21.254.480	(5.867.346)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços

Desde finais de 2011, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 22 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2015 e 2014, são analisados como segue:

(Un: Euros)

2015	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Seguro direto				
Acidentes e doença	26.456.111	729.715	1.762.245	28.948.071
Incêndio e outros danos	6.091.893	876.413	(718.912)	6.249.394
Automóvel				
Responsabilidade civil	5.770.446	910.577	(72.453)	6.608.570
Outras coberturas	2.290.044	155.899	(149.846)	2.296.097
Marítimo, aéreo e transportes	2.654.090	275.063	205.144	3.134.297
Responsabilidade civil geral	190.350	42.738	442.798	675.886
Crédito e caução	-	1.975	188.530	190.505
Proteção jurídica				-
Assistência				-
Diversos	-	582	-	582
Sub-total	43.452.934	2.992.962	1.657.506	48.103.402
Resseguro aceite	-	8.108	5.256	13.364
Total	43.452.934	3.001.070	1.662.762	48.116.766

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

2014	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Seguro direto				
Acidentes e doença	30.416.452	1.238.887	(2.864.796)	28.790.543
Incêndio e outros danos	10.258.564	759.343	(616.667)	10.401.240
Automóvel				
Responsabilidade civil	6.592.225	615.513	(890.459)	6.317.279
Outras coberturas	2.696.141	253.821	(212.772)	2.737.190
Marítimo, aéreo e transportes	2.482.371	184.910	1.656.230	4.323.511
Responsabilidade civil geral	234.511	19.594	(65.998)	188.107
Crédito e caução	10.764	1.240	(49.278)	(37.274)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1.858	424	-	2.282
Sub-total	52.692.887	3.073.732	(3.043.741)	52.722.878
Resseguro aceite		1.942		1.942
Total	52.692.887	3.075.674	(3.043.741)	52.724.820

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimento

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Ativos disponíveis para venda	341.015	578.781
Instrumentos de Capital e Unid Participação	18.923	22.952
Títulos de Dívida	322.092	555.829
Empréstimos concedidos e contas a receber	128.237	14.313
Depósitos	827	2.903
Empréstimos concedidos	127.410	11.410
Total	8.084	8.084
	477.336	593.094

O montante dos rendimentos de investimentos financeiros refere-se exclusivamente a juros.

NOTA 24 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 28.

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Ativos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	89.839	27.051
Títulos de Dívida	596.885	877.769
Sub - Total	686.724	904.820
Terrenos e Edifícios	(1.664)	(26.861)
TOTAL	685.060	877.959

NOTA 26 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Outros rendimentos técnicos		
Por gestão cosseguro	1.942	2.240
Por outros	10.152	7.801
Total	10.041	16.135

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 27 – Outras provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Esta provisão inclui no saldo inicial um montante de 2.900.659 Euros que se destina a cobrir a possível

incobrabilidade nos acordos de pagamento de mediadores, encontrando-se reconhecida em imparidade, mencionada na Nota 10.

Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	2.987.627	38.857	20.158	2.901.568	104.758

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

			(Un: Euros)	
	2015	2014	2015	2014
Gastos e perdas não correntes				
Donativos	12.148	1.400		
Multas e penalidades	6.135	234		
Quotizações diversas				
Outros gastos e perdas	257.487	109.169		
Rendimentos e ganhos não correntes				
Restituição impostos			24.967	
Outros rendimentos e ganhos			270.850	155.882
Gastos e perdas financeiras				
Juros suportados	277	236	63.681	7.427
Outros gastos e perdas	41.096	35.910	56.075	63.191
Rendimentos e ganhos financeiros				
Juros obtidos			63.681	7.427
Outros rendimentos e ganhos			56.075	63.191
Ajustamentos				-
De recibos por cobrar	487.276		46.823	32.493
De créditos de cobrança duvidosa	909	227.463		-
Ajustamentos				-
Perdas em ativos tangíveis	-	68.633	-	165.023
De recibos por cobrar			-	165.023
De créditos de cobrança duvidosa				-
Sub-total	805.328	443.045	437.429	448.983
TOTAL	(367.899)	5.938		

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 29 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2015	2014
Despesas com pessoal	7.366.194	8.002.719
Fornecimento e serviços externos	4.371.352	4.742.493
Impostos e taxas	451.254	372.784
Amortizações do exercício	1.108.967	1.263.448
Juros suportados	286	47
Comissões	88.875	95.496
Total	13.386.928	14.476.987

(Un: Euros)

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 40.000 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 20.500 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

	2015	2014
Custos com sinistros	3.001.071	3.075.674
Custos de exploração		
Custos de aquisição	4.549.391	4.670.142
Custos administrativos	5.622.703	6.512.252
Custos com investimentos	213.763	218.919
Total	13.386.928	14.476.987

(Un: Euros)

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 30 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 178 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de funções	Nº médio de empregados 2015	Nº médio de empregados 2014
Quadros superiores	23	26
Quadros médios	19	18
Profissionais altamente qualificados	44	41
Profissionais qualificados	92	100
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	178	185

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisados como segue:

	2015	2014
Remunerações		
dos órgãos sociais	35.862	9.500
do pessoal	5.681.589	6.202.015
Encargos sobre remunerações	1.291.945	1.475.469
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	81.042	61.392
Planos de benefício definido	6.703	7.624
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	5.311	(19.720)
Benefícios de cessação de emprego	10.000	(32.881)
Seguros obrigatórios	143.413	146.567
Gastos de ação social	41.040	46.798
Outros gastos com pessoal	69.289	105.955
Total de custos com pessoal	7.366.194	8.002.719

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Técnico
- Operações
- Informática

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro

(Un: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		Victoria Vida	Victoria Seguros
Conselho Executivo	3	202.426	214.433
Diretores	8	416.570	424.612
Responsáveis	20	313.934	854.112
Total	31	932.930	1.493.157

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida.

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. A referida lei estabelece, entre outros, o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

De forma a cumprir as obrigações impostas pela nova regulamentação de Solvência II, a Companhia estabeleceu um plano de implementação que foi remetido à ASF, no âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de Dezembro, contendo, entre outros a calendarização das tarefas planeadas e respetivo grau de execução e a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação).

De acordo com o Regulamento Delegado em vigor, a Companhia terá de enviar à ASF até 20 semanas após 1 de janeiro de 2016, os dados definitivos do Balanço económico de abertura de acordo com os novos critérios de Solvência e os valores relativos ao requisito de capital de solvência (SCR) e ao requisito de capital mínimo (MCR) com referência à data de entrada em vigor do novo regime, ou seja, 1 de janeiro de 2016. Consequentemente, à data atual, embora o Conselho de Administração esteja a preparar informação preliminar a este respeito, não dispõe de informação definitiva, encontrando-se o Plano de Implementação em fase de execução, com as suas diversas fases e atividades a serem executadas de acordo com o calendário previsto.

Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

a) *Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia.*

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa.

b) *Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia*

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu três melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1361/2014, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis prospetivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2014.

2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais

contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu seis melhorias em cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas

por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/28, de 17 de Dezembro de 2014) as melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2113/2015, de 23 de novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro

que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2231/2015, de 2 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscuramento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informa-

ção adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras
As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotaís, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotaís exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotaís adicionais devem ser reconciliados com os subtotaís exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fos-

sem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2406/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28-30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2343/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar essas emendas a um período anterior, deve divulgar esse fato

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumen-

tos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser proscutivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de

associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis. Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecer os rendi-

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

mentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total									
	sub-total		528.701			509.138		519.073	3.597	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Ações									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	-	528.701			509.138		519.073	3.597	
	sub-total	-	-			-		-		
	total	-	528.701			509.138		519.073	3.597	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	111,41		445.635	114	455.760	5.902 3,000%	
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	116,89		1.987.080	115	1.959.446	21.079 1,500%	
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	111,82		223.635	115	229.360	4.795 3,375%	
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	109,11		1.854.866	107	1.816.907	1.878 0,250%	
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	113,76		682.578	115	687.335	3.614 1,300%	
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	135,34		1.759.452	131	1.699.700	11.183 1,850%	
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	108,69		108.693	110	109.880	2.721 4,000%	
FR0011486067	FRANCE OAT TF 12/23		1.400.000	107,82		1.509.471	109	1.523.480	14.727 1,750%	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
sub-total			7.400.000			8.571.410		8.481.868	65.899	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	100,28		3.008.364	100	3.010.440	-	0,000%
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	101,56		5.077.957	101	5.062.650	3.540	0,331%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	112,58		788.074	113	791.588	15.486	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,57		99.565	104	104.006	519	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.931	100	501.480	237	0,247%
DE000A1RE217	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,95		2.998.448	100	3.009.750	235	0,034%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		2.700.000	99,99		2.699.642	100	2.703.861	113	0,029%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.900.000	100,63		3.924.615	100	3.918.135	843	0,101%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,93		2.997.933	101	3.033.330	432	0,305%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	102,56		3.076.938	102	3.068.580	592	0,592%
sub-total			24.900.000			25.171.467		25.203.820	21.997	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		100.000	100,00		99.997	100	99.888	23	0,159%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.600.000	99,99		1.599.809	100	1.599.104	42	0,068%
FR0012820835	AIR LIQUIDE FINANCE 15/18		500.000	99,99		499.953	100	497.800	2	0,169%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,68		99.680	97	97.128	722	1,250%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		200.000	99,99		199.981	99	197.106	45	0,425%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	96,83		580.999	91	545.118	14.683	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.945	93	185.000	5.316	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	110,22		440.874	111	442.256	11.250	2,950%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,17		303.507	81	241.500	12	0,349%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		2.000.000	100,15		2.002.958	100	2.004.180	16.994	1,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1023268060	BAYER AG 14/16		400.000	100,00		399.993	100	400.012	122	0,167%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		200.000	99,63		199.259	100	200.404	320	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		1.500.000	100,54		1.508.053	101	1.509.570	782	0,458%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		400.000	99,78		399.116	101	404.520	4.870	2,875%
FR0012601342	BPCE SA 15/17		1.500.000	100,03		1.500.482	100	1.499.640	74	0,084%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	103,53		310.589	106	318.417	8.836	3,125%
FR0012821924	CAP GEMINI SA 15/18		100.000	99,99		99.990	101	100.646	203	0,810%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	100,11		200.220	100	200.364	343	0,813%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		300.000	99,98		299.945	99	296.439	31	0,375%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		200.000	109,71		219.415	95	190.100	5.319	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		1.000.000	99,87		998.734	100	1.001.810	1.125	0,653%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	99,96		1.499.383	100	1.502.250	1.307	0,896%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		300.000	100,00		299.988	100	299.109	183	0,281%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN-HYPOBK		800.000	103,16		825.275	103	826.480	5.333	4,000%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	102,99		308.976	107	321.351	4.582	2,250%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		500.000	100,00		499.997	99	496.950	2.599	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,31		198.616	101	202.276	1.150	2,125%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		200.000	99,72		199.439	100	199.094	236	1,875%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		2.800.000	100,00		2.799.876	100	2.800.448	956	0,189%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	103,00		720.965	104	725.557	870	1,625%
FR0013065372	ILJAD SA TF 15/22		500.000	98,99		494.950	98	491.670	813	2,125%
BE0002448232	INFRA X CVBA TF 13/23		200.000	99,47		198.936	116	232.622	1.271	3,750%
BE0002478536	INFRA X CVBA TF 14/29		100.000	99,90		99.902	104	104.338	452	2,625%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	100,74		3.022.271	101	3.018.390	-	0,000%
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,77		199.538	100	199.126	37	0,149%
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,65		298.959	102	305.601	1.364	1,375%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,97		299.905	100	299.172	2.004	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.300.000	98,17		1.276.160	93	1.207.232	16.985	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		400.000	99,52		398.076	99	395.724	6.726	2,125%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		500.000	100,00		499.998	100	500.210	339	0,321%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	101,33		303.996	99	295.959	617	1,750%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	98,86		296.594	102	306.300	1.399	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		400.000	99,95		399.791	99	397.624	66	0,191%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	111,90		223.790	111	221.924	1.728	2,875%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,15		198.299	100	199.286	462	1,875%
FR0012969012	SANOFI 15/19		800.000	99,99		799.954	100	799.984	34	0,169%
DE000A14KJ8	SAP SE 15/20		700.000	99,99		699.917	100	699.587	458	0,259%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,47		596.800	101	606.204	2.803	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,82		199.644	101	202.188	467	2,375%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		500.000	100,00		499.982	100	499.560	60	0,272%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		1.000.000	111,22		1.112.221	112	1.115.550	31.068	3,375%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		500.000	100,00		499.997	100	500.300	326	0,573%
XS1264495000	SOCIETE GENERALE 15/18		800.000	100,00		799.982	100	801.928	586	0,377%
BE6282455565	SOLVAY SA 15/17		200.000	100,00		199.999	100	200.746	114	0,707%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,99		399.971	100	398.676	56	0,117%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		400.000	99,99		399.961	100	398.784	22	0,167%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	109,03		218.059	109	218.802	660	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	100,09		200.185	88	176.064	4.430	2,625%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		1.000.000	100,07		1.000.702	100	1.000.640	91	0,126%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		300.000	108,94		326.814	112	334.707	12.239	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		1.500.000	100,00		1.499.988	100	1.498.785	75	0,064%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		199.992	100	200.118	217	0,528%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		1.900.000	100,00		1.899.945	100	1.895.744	1.077	0,252%
	sub-total		39.000.000			39.281.292		39.128.062	177.376	
	sub-total		71.300.000			73.024.169		72.813.750	265.272	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	325			13.533	4.398.218	13.534	4.398.413	-	
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	886			2.289	2.028.319	2.290	2.028.586	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.254			133	963.356	129	935.035	-	
FR0000293698	BTP TRESORERIE	133			10.838	1.441.448	10.850	1.442.984	-	
FR0000291239	CPR CASH - P	234			22.574	5.282.287	22.575	5.282.658	-	
FR0010554683	ECOFI MONETAIRE COURT TRM - I	10			10.981	109.815	11.002	110.025	-	
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	1			108.147	108.147	108.567	108.567	-	
	sub-total	8.843				14.331.590		14.306.268	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total	8.843								
	total	8.843	71.300.000			87.355.759		87.120.018	265.272	
	3 - TOTAL GERAL	8.843	71.828.931			87.865.127		87.639.321	268.869	

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA-SEGUROS, S.A.



1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO



Ernst & Young
Audit & Associates - SROC, S.A.
Avenida da República, 50/51
3000-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA - Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 125.084.917 Euros e um total de capital próprio de 39.581.568 Euros, incluindo um resultado líquido de 56.585 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações de Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Entidade Auditada: Capital Social: 6.300.000 euros; Inscrição: N.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; Inscrição: N.º 16112 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários; L1898/2006 N.º 745/1866/2012 - L.ª. Estatutária da Lisboa e do seu território; Membro Titular do Ernst & Young Global Limited



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrange também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA - Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 de 27 de Abril e respetivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associates - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃORELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros, S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA-Seguros, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analísamos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2015;



- b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
c) A gestão da Sociedade exercida em 2015 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O Conselho Fiscal



João de Lara Everard
(Presidente)



Santiago Gil de Biedma
(Vogal)



António Vilar
(Vogal)

VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador **SMA**

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.

Temos energia para enfrentar todos os desafios
Colaboramos entre nós
Promovemos o nosso desenvolvimento
Celebramos os sucessos
Temos orgulho naquilo que fazemos
Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.

Somos claros na informação que damos
Agimos com seriedade e rigor
Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades
Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos
Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação
Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,
200 1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico